

Lucas do Rio Verde Legal

Meio ambiente é um bom negócio

“O projeto Lucas do Rio Verde Legal é inovador principalmente porque, na visão dos parceiros da iniciativa, aproveitar a oportunidade de fazer a diferença na área ambiental é também um bom negócio” – João Campari, diretor do Programa de Conservação das Savanas Centrais da América do Sul da The Nature Conservancy (TNC)

O principal objetivo do projeto é conciliar o desenvolvimento agropecuário do município com a conservação ambiental e a responsabilidade social. O compromisso é transformar Lucas do Rio Verde, localizado a 350 km de Cuiabá pela BR-163, num dos únicos municípios do país sem passivos socioambientais no setor agropecuário, sem problemas trabalhistas e de uso correto e seguro de agroquímicos. É uma iniciativa da prefeitura de Lucas do Rio Verde e da organização não governamental The Nature Conservancy (TNC), em parceria com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), Fundação Rio Verde, o Sindicato Rural de Lucas do Rio Verde, Ministério Público Estadual, a Sadia, o Instituto Sadia de Sustentabilidade, a Syngenta e Fiagril.

Lucas do Rio Verde iniciou, com o projeto, uma aliança única no Brasil para tornar o município o primeiro a ter todas as propriedades rurais regularizadas do ponto de vista do Código Florestal. O trabalho é desafiador e tem o envolvimento de dez parceiros. Os cerca de 360 mil hectares do município foram mapeados em menos de um ano. Na segunda fase do projeto espera-se recuperar as áreas de reserva legal do município, como prevê o Código Florestal. Além de reflorestar as áreas de pre-

servação permanente como, por exemplo, vegetação das margens dos rios.

“A iniciativa surgiu não só pelas pressões de mercado, mas também para buscar a sustentabilidade ambiental da atividade rural, principal fonte de renda do município criado há 17 anos”, explica a secretária municipal de Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente, Luciane Bertinatto Copetti. Outro fator que motivou o projeto foi a consciência dos produtores rurais e dos administradores do município sobre a

necessidade de se proteger uma região da Amazônia Legal, na divisa entre os biomas Cerrado e Floresta Amazônica.

O diretor do Programa de Conservação das Savanas Centrais da TNC, João Campari, explica que o projeto enfrenta o desafio de estabelecer uma agenda comum entre o setor produtivo, entidades de pesquisa, governos em seus diferentes níveis, sociedade civil e organizações ambientalistas, no sentido de testar modelos de desenvolvimento que garantam harmonia entre a produção e a conservação ambiental. Para isso, o projeto trabalhará para que o Código Florestal seja cumprido, pois é a legislação que define as obrigações do produtor com relação ao meio ambiente, explica Campari.

O projeto fará também com que se estabeleçam mecanismos de efetiva legalidade nos processos de regularização ambiental



Prefeitura Lucas do Rio Verde.



Prefeitura Lucas do Rio Verde

das propriedades, visando à diminuição dos custos que o produtor tem no processo de licenciamento de sua propriedade. Está sendo realizado o mapeamento das oportunidades de mercado dos ativos florestais e a negociação será priorizada, sempre seguindo as determinações legais. O projeto realizou o diagnóstico da propriedade para o licenciamento ambiental e os proprietários regularizados poderão agregar esses valores aos seus produtos rurais, atendendo às exigências do mercado consumidor.

O projeto prevê também que os passivos ambientais possam ser compensados com mecanismos coletivos, dentro das possibilidades da legislação, incluindo reservas legais em condomínio, maximizando assim as áreas de ecossistemas nativos contínuos sob proteção. A expectativa é que a integração de esforços das empresas, da TNC, dos órgãos estaduais e municipais construam um processo de legalização com ganho para o meio ambiente e para o produtor rural.

A meta é que o município de Lucas do Rio Verde figure no cenário estadual e nacional como aquele que não tem passivos florestais e trabalhistas na atividade agropecuária. O modelo em implementação pelo projeto poderá servir de orientação aos processos de desenvolvimento local e regional. O município de Lucas do

Rio Verde hoje já desponta como um dos principais pólos de desenvolvimento agrícola de Mato Grosso. Região consolidada por meio do processo de ocupação de assentamentos agrícolas na década de 70, o município planta e colhe duas safras por ano, com grande estabilidade de produção pela ausência de veranicos na estação chuvosa. Embora sua área seja de apenas 0,04% do território brasileiro, participa com mais de 1% da produção nacional de grãos – o equivalente a 1,5 milhão de toneladas anuais – e é o maior produtor de milho de segunda safra do país.

O município tem o terceiro melhor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do estado. Tem uma estrutura fundiária equilibrada, pois 81% das propriedades têm área de até 500 ha. E agora, Lucas do Rio Verde avança para seu segundo ciclo de desenvolvimento econômico pautado pelo processo de verticalização da produção por meio da transformação de proteínas vegetais (grãos) em proteínas animais (carnes). Esta etapa tem sido acelerada com os diversos incentivos para a instalação de novas indústrias.

O prêmio

O Projeto Lucas do Rio Verde Legal foi o responsável por garantir ao município o 1º Prêmio Brasil de Meio Ambiente, como destaque municipal. O prêmio foi

idealizado pelo *Jornal do Brasil* e pela revista *JB Ecológico*, em parceria com a *Gazeta Mercantil* e a revista *Forbes Brasil*, em janeiro de 2007. O projeto também foi reconhecido em maio de 2009 pelo XII Prêmio Mérito Fitossanitário, na modalidade de socioambiental da Andef (Associação Nacional de Defesa Vegetal)

Histórico

O termo de cooperação para a execução do projeto foi assinado em junho de 2006 e a sede do projeto no município foi instalada em dezembro do mesmo ano. Em maio de 2007 o projeto realizou o 2º Fórum Municipal de Meio Ambiente com o tema Manejo Adequado no Uso de Defensivos Agrícolas. O evento debateu amplamente as questões relacionadas ao uso de defensivos agrícolas e repassou ao produtor todo o conhecimento sobre o uso, proteção e legislação pertinente à defesa fitossanitária. Foi elaborado posteriormente o plano de manejo adequado de uso dos defensivos agrícolas. Foi criado também um manual trabalhista, que consiste em levantar os problemas das questões trabalhistas e o que diz a lei. O manual foi discutido, debatido e aprovado no Fórum Municipal do projeto e disponibilizado aos produtores.

A prefeitura determinou por meio de decreto, no mês de setembro de 2007, que os proprietários não plantem nas áreas de preservação permanente. O projeto está fornecendo mapas e orientação de campo para o isolamento dessas áreas. Também foi realizado um curso de recuperação das áreas de preservação permanente para os agricultores da região no sentido de promover assistência técnica aos produtores no processo de recuperação destas áreas.

Os parceiros do projeto estão agora buscando recursos financeiros para a implantação da segunda fase, que identificará os mecanismos de financiamento ou fontes de recursos que permitam implementar efetivamente os acordos firmados em termos de regularização socioambiental e que permitam melhorar os aspectos tecnológicos voltados à produção sustentável. ■